

'Acima dos partidos' não significa nada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Qual o significado de "governar acima dos condicionamentos políticos e partidários?" Provavelmente nenhum, apesar de essa intenção constar da nota oficial do presidente José Sarney, expedida horas depois de a Assembléia Nacional Constituinte aprovar a redução de seu mandato para quatro anos. A primeira impressão foi de que o presidente estava prestes a reformar amplamente o Ministério, exonerando ministros do PMDB e do PFL para substituí-los por pessoas a ele ligadas ou grandes expressões no campo da economia, da administração e das ciências. Tentaria recompor o País, imprimindo-lhe novos rumos e procurando livrá-lo da crise atual. Sem dever mais nada aos partidos, nem precisando compensar mais apólos com nomeações, Sarney, derrotado politicamente, daria a volta por cima e governaria o último ano que lhe resta voltado para um programa de recuperação nacional, difícil, penoso, mas pleno de coragem.

Até que poderia dar certo, mas as hesitações logo começaram, ainda na noite de domingo. Por isso se fala do nenhum significado da frase citada. Romper com o PMDB equivaleria a romper com Ulysses Guimarães, mas como acusar o parlamentar paulista de culpado no episódio da fixação do mandato se ele também foi derrotado? Pior ainda, a iniciativa poderia gerar maiores ebulições e contribuir para o plenário da Constituinte replicar com a antecipação das eleições presidenciais para março ou abril, e não para novembro de 1988, como a Comissão de Sistematização aprovou. Muita gente do PMDB prendeu a respiração, diante da possibilidade de perder cargos e funções nos variados escalões da administração pública, mas, salvo engano, todos respiram com certa tranquilidade. Não vai acontecer nada, o processo segue seu curso natural, até as eleições presidenciais, agora fixadas para novembro de 1988, isso se a decisão da Comissão de Sistematização for confirmada pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte, como parece óbvio.

Domingo, o presidente estava preparado para fazer vigoroso pronunciamento à Nação, com a parafernalha da televisão já encostada numa das alas do Palácio da Alvorada. Desistiu. Preferiu ficar na nota oficial, lida aos jornalistas pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Assim, não saiu nada, ou pouca coisa. Sarney acentuou que respeitava a decisão soberana da Constituinte, não tinha ambições pessoais para defender, aceitava o resultado da votação e não negociaria fórmulas que considerasse nocivas para o País.

Em suma, governar acima dos condicionamentos políticos e partidários será, para Sarney, continuar governando exatamente como fez até agora. Estaria convencido de que, no atual processo, mudar é pior. Pelo menos, tem sido assim desde que promoveu a primeira reforma de Ministério, em janeiro de 1986. A mais recente comprovou essa realidade, já que nenhum dos quatro novos ministros contribuiu para alterar o resultado da votação entre os sistematizadores. Tentar, muitos tentaram, começando pelo próprio presidente, que não se eximirá do peso das palavras transmitidas semana passada por seu porta-voz, sobre ser seu inimigo quem viesse a votar nos quatro anos. Ficou demonstrado que esses métodos não surtem mais efeito. São coisas do passado, "malufadas", que só fazem despertar seus contrários. Aliás, em termos de incompetência política, muitos governistas conquistaram troféus, no episódio do mandato de Sarney. Desde quinta-feira passada, por exemplo, que os ministros Prisco Viana e Abreu Sodré negociavam o adiamento da questão junto ao PFL. Com competência, registre-se. Imaginavam poder deixá-la exclusiva-

mente para o plenário, ganhando tempo e evitando uma possível derrota do presidente na Comissão de Sistematização. Alceni Guerra, Francisco Dornelles, Mendes Thame e Sandra Cavalcanti pareciam permeáveis à solução. Foi quando irrompeu José Lourenço, feito um trator, impedindo as negociações. Estava certo da vitória dos cinco anos e não admitia protelações. Resultado: os quatro votaram pelos quatro anos. A intervenção do líder aconteceu junto com outra infeliz manifestação de um dos conselheiros presidenciais: "Domingo será o dia de nossa vitória, segunda-feira começará a vingança". Referia-se à possibilidade de Sarney punir os deputados e senadores então derrotados na defesa dos quatro anos, afastando todos os que tivessem sido indicados por eles para funções no governo federal.

O tiro saiu pela culatra. Aqueles eram métodos do passado, mas foram utilizados. E como. Os governadores Miguel Arraes e Waldir Pires resolveram entrar firme. Depois de um telefonema do deputado Fernando Lyra, pedindo-lhe para dar seqüência à reunião da semana anterior, no Rio, Arraes começou a chamar parlamentares, sem pressionar, expôs a Osvaldo Lima Filho seus pontos de vista em favor dos quatro anos. O deputado, então, preferiu retirar-se da Comissão de Sistematização. Estava comprometido com os cinco anos, mas, afastando-se, seu suplente, Maurílio Ferreira Lima, votou nos quatro anos. Fernando Bezerra Coelho, também da bancada de Pernambuco, mudou seu voto. O governador de Pernambuco também ajudou a convencer o deputado Francisco Pinto, da Bahia, a mudar de posição e a admitir eleições presidenciais no ano que vem. Waldir Pires virou quatro votos, na banca da batana. Tudo na conversa, sem o uso do tacape e da borduna.

Desenvolveram-se, assim, duas estratégias distintas: do lado do governo, entre marchas e contra marchas, hesitações e arroubos de firmeza, tentava-se consolidar a posição dos cinco anos através de pressões e do uso da máquina estatal, por sinal mal utilizada. Do lado dos quatro anos, procurou-se a via do convencimento político, pesando o argumento da defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, tida como em xeque por conta das ameaças do Palácio do Planalto.

Importa, mesmo, saber o que acontecerá daqui por diante. Do lado do Executivo, provavelmente nada, ainda que, com o tempo, um ou outro ministro possa ser substituído. Ou que sobrevenha um "novo e definitivo plano de mudança total" na economia.

Para complicar as coisas, Ulysses Guimarães encontra-se internado nas instalações do Incor, em São Paulo, para onde foi levado às pressas, ontem, depois de distúrbios cardíacos. Não parece possível que o presidente José Sarney admita tomar iniciativas políticas, se é que vai tomá-las, antes de definido o quadro de saúde do presidente do PMDB.

Em suma, e como sempre, não acontece nada. Sarney perde dois anos de mandato, depois de haver aberto mão de um. A Assembléia Nacional Constituinte continua envolta na maior das confusões, pois, se antecipou para 1988 as eleições presidenciais diretas, também consagrou o sistema parlamentar de governo. Em outras palavras, prepara-se para infligir à opinião pública a maior de suas frustrações. O novo presidente, eleito com 40 milhões de votos daqui a um ano, verificará ao assumir que não pode cumprir uma só de suas promessas de palanque. Não vai governar, tarefa a ser dada a um primeiro-ministro escolhido por eventuais maiorias parlamentares. E do atual Parlamento, diga-se, porque deputados e senadores acabam de recusar a tese das eleições gerais no ano que vem. Nem tocando um tango argentino se chegaria a soma tão grande de desditas e agruras.